

**À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ/MG**

08.228.010/0005-14

PORT DISTRIBUIDORA DE  
INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDAParque Norte, Avenida 03, nº 70  
CEP 33200-000

VESPASIANO - MG

Ilma. Sra. Paula Renata de Jesus,

Pregoeira

Ref.: PROCESSO INTERNO Nº 4.249/2018 – PREGÃO  
PRESENCIAL Nº 17/2018 – SISTEMA DE REGISTROS DE  
PREÇOS – MENOR PREÇO – DESCLASSIFICAÇÃO –  
RECURSO.

A **PORT DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 08.228.010/0005-14, sediada na Avenida 03, nº 70 – Parque Norte – Vespasiano/MG, por seu representante legal assinado abaixo, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra decisão que a desclassificou do certame, com base nas razões a seguir aduzidas.

**I – DO CABIMENTO E TEMPESTIVIDADE**

Considerando que o art. 109, inc. I, alínea “b”, da Lei Federal nº 8.666/93, concede o prazo de 5 (cinco) dias úteis para o licitante recorrer do ato de julgamento das propostas realizado pela Administração e, que a PORT, ora recorrente, foi informada do resultado do julgamento no dia 24/07/2018, tem-se que o termo final para sua interposição se dá no dia 30/07/2018.

Assim sendo, é o presente recurso manifestamente cabível e tempestivo.

**II – DAS RAZÕES DE RECURSO**

Essa digna Prefeitura de Sabará/MG está promovendo licitação, na modalidade de Pregão Presencial de número em epígrafe, para aquisição de material de escritório, dentre os quais se encontra o ITEM 73 – “PAPEL A3”, destinado à ampla concorrência, para o qual a PORT ofertou o menor preço e, por isto, foi declarada vencedora.

Em 07/06/2018, data em que foi lavrada a 1ª Ata da Sessão de Pregão, a PORT, por liberalidade, apresentou, junto à sua proposta, o catálogo do material cotado, antevendo o que se prevê no *item 17.11*<sup>1</sup> do Edital, a fim de contribuir para a celeridade e objetividade do procedimento licitatório em destaque.

Entretanto, na data de 03/07/2018, essa respeitável Pregoeira exarou decisão desclassificando a recorrente por não ter apresentado a amostra requisitada na 2ª Ata da Sessão de Pregão e, conseqüentemente, convocando a segunda colocada.

<sup>1</sup> 17.11 - Reserva-se ao(a) pregoeiro(a) o direito de solicitar a apresentação de catálogos, amostras e embalagens próprias e/ ou demonstração dos materiais cotados, ficando os licitantes obrigados a apresentá-los sob pena de terem suas propostas rejeitadas.

Ocorre que a desclassificação da recorrente, que ofertou marca renomada nacional e internacionalmente para o item em comento, pelo menor preço dentre todas as concorrentes, não privilegia o princípio da isonomia entre as concorrentes e se vê desarrazoada, conforme se exporá.

Na parte final do relatório de análise de amostras do Pregão Presencial nº 17/2018, onde consta a decisão que desclassificou a recorrente, essa Ilma. Pregoeira determinou que a segunda colocada para o ITEM 73 – “PAPEL A3” apresentasse amostra ou, a seu critério, catálogo contendo a descrição técnica do item cotado, vejamos:

... a Pregoeira Técnica Editora gráfica EIRELI. Nestes termos, a Pregoeira convoca as empresas listada no anexo II, para apresentarem amostras dos itens descritos no referido anexo até as 17h00min do dia 09 de julho de 2018, a critério do licitante poderá ser apresentado catálogo contendo a descrição técnica do item cotado, desde que observada a data e o horário estabelecido acima. O catálogo poderá ser encaminhado através do e-mail [licitacao@sabara.mg.gov.br](mailto:licitacao@sabara.mg.gov.br). O membro da Equipe de Apoio ao Pregão, Helton A. ...

Com todo respeito que se deve a decisão exarada, ao permitir-se que a segunda colocada apresente catálogo do material cotado, acaba-se por ferir o princípio da isonomia entre as concorrentes. Isto porque, como dito acima, a PORT apresentou o referido catálogo do material descrito no ITEM 73 do Edital, ainda na primeira sessão deste Pregão.

Ou seja, se se é permitido que a segunda colocada apresente catálogo do material ao invés da amostra propriamente dita, **não se mostra razoável que a PORT tenha sido desclassificada por falta de apresentação desta última.**

Em se tratando do princípio da isonomia entre as licitantes cabe citar aqui o art. 3º, da Lei nº 8.666/93, que assim dispõe:

**Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.**

Segundo Marçal Justen Filho,

*“a licitação é um procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio, que determina critérios objetivos de seleção da proposta de contratação mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, conduzido por um órgão dotado de competência específica”*

Nesta senda, há que se falar da desarrazoabilidade constante da r. decisão que desclassificou a recorrente, pois além desta de ter ofertado o menor preço para o material cotado, ofertou marca de reconhecimento nacional e internacional, qual seja, CHAMEX, líder no mercado brasileiro, controlada pela International Paper, líder mundial na indústria de papéis.

Ademais, não bastasse a notória qualidade do produto ofertado, a PORT tem um histórico de fornecimento dos papéis da marca CHAMEX à própria Prefeitura Municipal de Sabará/MG, conforme se afere as Notas de Empenho **anexas**, e de registro de preços em vários

órgãos da Administração Pública, como a Confederação Nacional da Indústria, a Universidade Federal do Triângulo Mineiro, o Departamento Nacional de Produção Mineral, a Universidade Federal do Pará, a Universidade Federal de São Paulo - Campus São Paulo, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, a Procuradoria da República em Minas Gerais, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, a Prefeitura Municipal de Contagem, a Procuradoria Geral da República, dentre outros.

**Diante disto, nota-se que os papéis da marca CHAMEX tem aceitabilidade nacional, tornando-se, inclusive, desarrazoado que se desclassifique a concorrente que o ofertou em proposta mais vantajosa à Administração.**

Assim sendo, optar por proposta de maior valor e/ou de marca inferior do que a ofertada pela recorrente, significa privilegiar o formalismo exacerbado em detrimento do interesse público, que *in casu* é a seleção de oferta com o menor preço aliada a qualidade, que se traduz em proposta mais vantajosa para futura aquisição de material de escritório.

Em sábio ensinamento de Lucas Rocha Furtado<sup>2</sup>, extrai-se que “A desclassificação de uma proposta pode ter dois fundamentos básicos: vícios formais e preço”.

*“O primeiro fundamento, indicado no art. 48, I, da Lei nº 8.666/93, suscita algumas dúvidas porque desconformidades insignificantes entre as propostas e o edital não devem dar causa à desclassificação. A desconformidade ensejadora da desclassificação de uma proposta deve ser substancial e lesiva à Administração ou aos outros licitantes. **É preferível admitir proposta com vícios formais de apresentação, mas vantajosa no conteúdo, do que desclassificá-la por rigorismo formal e incompatível com o caráter competitivo da licitação.***

*O referido autor<sup>3</sup>, ainda, lembra que, embora se presuma que determinados requisitos impostos pelo edital são relevantes, o rigor em sua exigência não deve ser aplicado de forma a prejudicar a própria administração”<sup>4</sup>.*

Oportunamente, destaca-se ainda a existência da prerrogativa de saneamento pela Pregoeira, que consoante o que se extrai do art. 43, §3º, da Lei nº 8.666/93, pode promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, o que, no caso em particular, nem seria necessário dado que a PORT apresentou o catálogo do material licitado antes mesmo que fosse requisitado.

Quanto a mencionada prerrogativa, traz-se também, por analogia, o art. 26, §3º, do Decreto Federal nº 5.450/2005, que regula o pregão na forma eletrônica, e que assim dispõe:

Art. 26 – (...)

*§3º No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.*

<sup>2</sup> FURTADO, Lucas Rocha. Curso de Licitações e contratos administrativos. São Paulo: Fórum. 2007. P. 255.

<sup>3</sup> Referência à Lucas Rocha Furtado.

<sup>4</sup> <https://jus.com.br/artigos/33739/uso-da-prerrogativa-de-saneamento-pelo-pregoeiro> - Acesso em 09/07/2018.

À vista disto, informa-se a essa digna Administração que não há óbice para saneamento posterior, uma vez que assim se estará primando pelos princípios da competitividade e da isonomia, garantindo, por conseguinte, a aquisição da proposta mais vantajosa.

### III – DO PEDIDO

Portanto, a **PORT DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA.**, diante da demonstração de que a manutenção da r. decisão ora combatida se mostra desarrazoada e fere o princípio constitucional da isonomia, vem, à presença de Vossa Senhoria, **pedir seja esta reconsiderada para declarar sua proposta classificada**, conferindo o efeito suspensivo previsto no art. 109, §2º, da Lei nº 8.666/93 e, após, prossiga-se as demais etapas do processo licitatório.

Caso essa Ilustríssima Pregoeira assim não entenda, requer faça subir o presente recurso administrativo a autoridade superior, na forma do art. 109, §4º, da Lei nº 8.666/93, quando se espera seja reformada a decisão.

De Vespasiano /MG, 24 de julho de 2018.

Atenciosamente,



---

Jorge Luiz Moreira de Souza  
Departamento Comercial de Licitação - Assistente de Licitação 1A  
Doc. Identidade MG 16.273.990 SSP/MG  
CPF Nº. 101.026.996-82  
**PORT DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA.**  
CNPJ: 08.228.010/0005-14

08.228.010/0005-14  
PORT DISTRIBUIDORA DE  
INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA  
Parque Norte, Avenida 03, nº 70  
CEP 33200-000  
VESPASIANO - MG